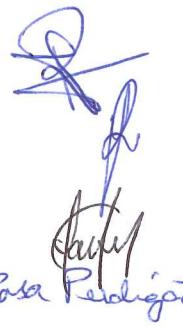


**Centro Social
de
Casal de Ermio**

**Anexo
Contas 2015**


 A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Rosa Religioso".

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Activos Fixos Tangíveis.....	9
6	Inventários	11
7	Réido	11
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
9	Benefícios dos empregados	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
11	Outras Informações.....	13
11.1	Investimentos Financeiros	13
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	13
11.3	Clientes e Utentes	14
11.4	Outras contas a receber.....	14
11.5	Diferimentos	14
11.6	Caixa e Depósitos Bancários	14
11.7	Fundos Patrimoniais.....	15
11.8	Fornecedores	15
11.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	15
11.10	Outras Contas a Pagar.....	16
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração	16
11.12	Fornecimentos e serviços externos.....	16
11.13	Outros rendimentos e ganhos	17
11.14	Outros gastos e perdas	17
11.15	Resultados Financeiros.....	17
11.16	Acontecimentos apos a data do Balanço	178


Rafa Pedregão
En Bocage

1 Identificação da Entidade

A “Centro Social de Casal de Ermio” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação” sem fins lucrativos, IPSS, com estatutos publicados no Diário da República n.º 255 de 29 de Outubro de 2004 , Série II, com sede em Casal de Ermio

. Tem como actividade para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Serviço de Apoio Domiciliario
- Jardim de Infância
- ATL

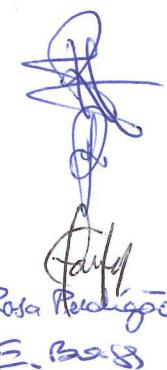
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.


Rosa Pereira
E. Baçal

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



Rota Perdigão
E. Bessa

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-----
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros Activos fixos tangíveis	4 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados



Rosa Pardigão
E. Borges

não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.



Rui P. Sardinha
E. Paes

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado


Rosa Redigão
E. Baga

da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015				
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações
Custo					
Terrenos e recursos naturais	26.384,00				26.384,00
Edifícios e outras construções	204.394,91				204.394,91
Equipamento básico	45.960,30				45.960,30
Equipamento de transporte	39.815,06				39.815,06
Equipamento administrativo	14.420,68				14.420,68
Outros Activos fixos tangíveis	27.530,23				27.530,23
Total	358.505,18	0,00	0,00	0,00	0,00
					358.505,18



Depreciações acumuladas

Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	59.692,57	11.052,38				70.744,95
Equipamento básico	43.984,14	1.013,93				44.998,07
Equipamento de transporte	39.815,06	0,00				39.815,06
Equipamento administrativo	13.667,49	376,45				14.043,94
Outros Activos fixos tangíveis	27.278,99	41,88				27.320,87
Total	184.438,25	12.484,64	0,00	0,00	0,00	196.922,89

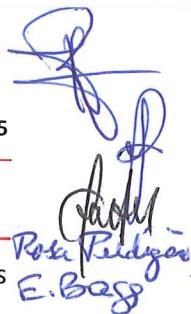
E.BOS

Descrição	2015			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	26.384,00			26.384,00
Edifícios e outras construções	133.649,96			133.649,96
Equipamento básico	962,23			962,23
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	376,74			376,74
Outros Activos fixos tangíveis	296,36			296,36
Total	161.582,29	0,00	0,00	161.582,29

Descrição	2014				
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações
Custo					
Terrenos e recursos naturais	26.384,00				26.384,00
Edifícios e outras construções	202.684,11	1.710,80			204.394,91
Equipamento básico	45.960,30				45.960,30
Equipamento de transporte	39.815,06				39.815,06
Equipamento administrativo	13.999,15	421,53			14.420,68
Outros Activos fixos tangíveis	27.530,23				27.530,23
Total	356.372,85	2.132,33	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	48.640,19	11.052,38			59.692,57
Equipamento básico	41.629,43	2.354,71			43.984,14
Equipamento de transporte	39.815,06				39.815,06
Equipamento administrativo	13.216,18	451,31			13.667,49
Outros Activos fixos tangíveis	26.338,80	940,19			27.278,99
Total	169.639,66	14.798,59	0,00	0,00	0,00
184.438,25					

Descrição	2014			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	26.384,00			26.384,00
Edifícios e outras construções	144.702,34			144.702,34
Equipamento básico	1.976,16			1.976,16
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	753,19			753,19
Outros Activos fixos tangíveis	251,24			251,24
Total	174.066,93	0,00	0,00	174.066,93

10



6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2013				2014		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	435,40	28.443,94	0,00	1.170,88	23.564,16	0,00	1.301,21
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	435,40	28.443,94	0,00	1.170,88	23.564,16	0,00	1.301,21
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				27.708,46			23.433,83
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

7 Réido

Para os períodos de 2014 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réritos:

Descrição	2014	2015
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	29.658,93	26.223,68
Quotas e jóias	804,00	870,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocionadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	620,86
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	30.462,93	27.714,54



8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2014 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2014	2015
Subsídios do Governo		
ISS, IP	119.523,59	107.823,10
IEFP	6.980,06	8.394,28
CML	3.913,60	0,00
Total	130.417,25	116.217,38

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2014 e 2015, foram, respectivamente “5” e “5”. De um período para outro não se verificou qualquer alteração.

Os órgãos directivos não usufruem de qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de “8” e em 31/12/2015 foi de “8”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	89.438,72	88.766,81
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	15.028,62
Encargos sobre as Remunerações	16.702,41	17.252,43
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.372,13	897,01
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,47	0,44
Total	107.513,73	121.945,31

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



Rosa Pachelgas
E. Boas

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

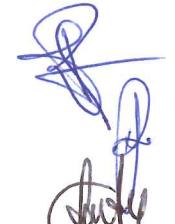
Nos períodos de 2014 e 2015, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2014	2015
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	131,04	219,79
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	131,04	219,79

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2014 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2015
Activo		
Fundadores/associados/membros - em curso	2.652,00	2.934,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocionadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	2.652,00	2.934,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00



 Rafa Rodrigues
 E. Sogos

11.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2014 e 2015 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2014	2015
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	845,63	0,00
Utentes	4.722,39	2.811,12
Total	5.568,02	2.811,12

11.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2015
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	85,80	1.703,27
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	14.460,55	2.686,22
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	14.546,35	4.389,49

11.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.506,44	924,11
Total	1.506,44	924,11
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	8.873,45	0,00
Quotas		6,00
Total	8.873,45	6,00

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	85,94	135,76
Depósitos à ordem	7.278,17	5.968,43
Depósitos a prazo	5.465,64	10.000,00
Outros		
Total	12.829,75	16.104,19

Rosa Rodrigues
E. B. S.

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	154.445,75	0,00	0,00	154.445,75
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-3.462,81	0,00	8.705,46	-12.168,27
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	41.066,25	0,00	2.737,75	38.328,50
Total	192.049,19	0,00	11.443,21	180.605,98

11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2015
Fornecedores c/c	3.966,93	3.302,34
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	3.966,93	3.302,34

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2015
Activo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)	635,52	155,22
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	202,17	868,52
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	837,69	1.023,74
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)	68,88	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	185,45	60,56
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	614,77	537,52
Segurança Social	2.651,35	2.496,70
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	3.520,45	3.094,78

11.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		13.680,00		10.498,52
Outros credores		3.198,98		10.612,40
Total	0,00	16.878,98	0,00	21.110,92

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2014 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

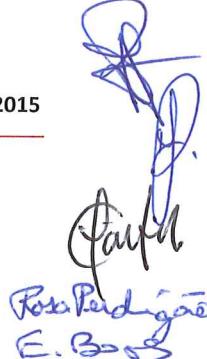
Descrição	2014	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	130.417,25	116.217,38
Subsídios de outras entidades	592,50	0,00
Doadões e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	131.009,75	116.217,38

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2014	2015
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	9.793,25	12.787,94
Materiais	3.818,84	3.830,59
Energia e fluidos	5.598,80	4.214,19
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos	3.954,47	3.590,08
Total	23.165,36	24.422,80



Rosa Perdigão
E. Boas

11.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2015
Rendimentos Suplementares	1.596,98	4.317,32
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,01
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	4.069,15	7.123,63
Total	5.666,13	11.440,96

11.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2015
Impostos	12,09	40,78
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dividas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	4.508,14	1.509,51
Total	4.520,23	1.550,29

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1,17	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	1,17	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	620,86	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	620,86	0,00
Resultados Financeiros	619,69	0,00

11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

José Humberto Simões Rodrigues
Joaquim Fernando Mendes da Santo.
Carlos Alberto Vaz de Almeida
Rosa Fernanda de Jesus Perdigão
Eduardo Teixeira 32.88

Centro Social de Casal de Ermio
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 504672410
 Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		161.582,29	174.066,93
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		219,79	131,04
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		161.802,08	174.197,97
Activo corrente			
Inventários		1.301,21	1.170,88
Clientes		2.811,12	5.568,02
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		1.023,74	837,69
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		2.934,00	2.652,00
Outras contas a receber		4.389,49	14.546,35
Diferimentos		924,11	1.506,44
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		12.829,75	16.104,19
		26.213,42	42.385,57
Total do activo		188.015,50	216.583,54
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		154.445,75	154.445,75
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-12.168,27	-3.462,81
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		38.328,50	41.066,25
		180.605,98	192.049,19
Resultado líquido do período		-28.465,16	-8.705,46
Total do fundo de capital		152.140,82	183.343,73
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		3.302,34	3.966,93
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		3.094,78	3.520,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		8.360,64	0,00
Diferimentos		6,00	8.873,45
Outras contas a pagar		21.110,92	16.878,98
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		35.874,68	33.239,81
Total do passivo		35.874,68	33.239,81
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		188.015,50	216.583,54

A Direcção

O responsável

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados		27.093,68	32.325,03
Subsídios, doações e legados à exploração		116.217,38	131.009,75
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		23.433,83	27.708,46
Fornecimentos e serviços externos		24.422,80	23.165,36
Gastos com o pessoal		121.945,31	107.513,73
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		11.440,96	5.666,13
Outros gastos e perdas		1.550,29	4.520,23
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		-16.600,21	6.093,13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		12.484,64	14.798,59
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-29.084,85	-8.705,46
Juros e rendimentos similares obtidos		620,86	0,00
Juros e gastos similares suportados		1,17	0,00
Resultados antes de impostos		-28.465,16	-8.705,46
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-28.465,16	-8.705,46

*José Manuel Simões Pacheco
José Fernando Mendes dos Santos.*

Carlos Alberto Matos Marques

*Rosa Fernanda de Jesus Pacheco
Eduardo Teixeira Soares*